

Inquérito Civil SIG/MP n. 06.2014.00007794-4

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, Dr. **Isaac Sabbá Guimarães**, de um lado e de outro **João Sebastião Domingo Filho**, brasileiro, comerciante, casado, inscrito no CPF nº 564.414.959-53, residente na Rua José Honorato Silva nº 144, bairro Nova Esperança, doravante denominado compromissário, representado pelo advogado Dr. Felipe Werner, OAB/SC 29532, com escritório estabelecido na Av. Marginal Leste, n. 3500, Bairro dos Estados, nesta cidade, com e-mail felipe@pwa.adv.Br, têm entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CRFB/88);

Considerando que o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

Considerando o Ofício SEMAM/DEFA n. 083/2014, encaminhado pelo Departamento de Fiscalização Ambiental, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, dando conta de possível crime ambiental consistente na supressão de árvores típicas do bioma da mata atlântica e execução de terraplanagem sem autorização dos órgãos competentes, em terreno localizado na Rua Morro da Pedra Branca, s/n, Bairro Nova Esperança,

nesta cidade, de responsabilidade do Sr. João Sebastião Domingos;

Considerando que a extensão do dano ambiental é de pequena proporção, haja vista ter sido realizada movimentação de terra em área não maior que 120m²;

Considerando a inexistência de perícia na forma do art. 19, da Lei 9605/98, quantificando e qualificando o dano ambiental (não havendo, pois, parâmetros para o estabelecimento de medida compensatória recuperatória);

Considerando que o compromissário foi sancionado administrativamente, tendo pago multa ao Município de Balneário Camboriú;

Considerando a tramitação, no âmbito do Ministério Público, do Inquérito Civil nº 06.2014.00007794-4, instaurado para apurar a ocorrência dos fatos acima aludidos, que configuram, em tese, infração ambiental, e que o escopo do presente procedimento antes de estar adstrito à judicialização do problema prefere à rápida e eficaz resolução, tendo como norte os interesses difusos;

RESOLVEM, nos termos da Lei Federal n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e do artigo 25 e seguintes do Ato Ministerial nº 395/2018/PGJ, celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DAS OBRIGAÇÕES AJUSTADAS

I.1 Compromete-se, o Compromissário a efetuar medida compensatória de caráter recuperatório, doando à Secretaria do Meio Ambiente do Município de Balneário Camboriú 50 (cinquenta) mudas de árvores de espécies nativas.

I.2 O compromisso deve ser cumprido no prazo de até 60 dias, contado a partir da homologação do presente TAC pelo Conselho Superior do Ministério Público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MULTA

Em caso de descumprimento da Cláusula segunda, em

qualquer de seus subitens, do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, os Compromissários ficarão sujeitos à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, com limite de 90 (noventa) dias (termo final), para cada qual, cujo valor será revertido ao **Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina**, ou, alternativamente, para o **Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente**, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigações assumidas. O valor da multa incidirá independentemente sobre cada um dos itens descumpridos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra os Compromissários, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Camboriú/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

E assim, por estarem compromissados, firmam este Termo em ... vias de igual teor e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surtam seus efeitos jurídicos.

Ficam as partes subscritas cientes de que este termo de ajuste de conduta tem por consequência o arquivamento do feito, do qual cabe recurso ao Conselho Superior do Ministério Público até a sua formal homologação.

Balneário Camboriú, 09 de abril de 2019.

ISAAC SABBÁ GUIMARÃES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

JOÃO SEBASTIÃO DOMINGOS FILHO
COMPROMISSÁRIO

FELIPE WERNER
ADVOGADO